

# DA FAMÍLIA QUE TEMOS À FAMÍLIA QUE QUEREMOS. A FAMÍLIA COMO BASE DE APOIO

*Junia de Vilhena<sup>1</sup>*

---

## Resumo

Este trabalho parte da indagação acerca do lugar designado à família na estruturação psíquica de jovens. A manutenção, como um ideal, de um modelo de família fundado historicamente no amor romântico, em uma sociedade onde os compromissos com a tradição e com as heranças das gerações já não são a base dos laços sociais é examinada. A necessidade de buscar formas alternativas de modelos familiares é discutida, levando-se em conta a inserção dos jovens em uma sociedade de consumo. O pensamento de Winnicott norteia as reflexões da autora.

Palavras-chave: família, apoio, consumo, narcisismo.

## Summary

What is expected from families as far as the emotional development is concerned? The maintenance of an ideal family based on romantic love in a society where tradition and heritage do not constitute any longer the base of its social structure, is examined by the author. The production of subjectivity is considered in relation to the social and psychic effects of a consumerism society. Winnicott's theory guides the author's reflections.

Key words: family, support, consumerism society, narcissism.

### Introdução

A família pode ser pensada sob diferentes aspectos: como unidade doméstica, assegurando as condições materiais necessárias à sobrevivência, como instituição, referência e local de segurança, como formador, divulgador e contestador de um vasto conjunto de valores, imagens e representações, como um conjunto de laços de parentesco, como um grupo de afinidade, com variados graus de convivência e proximidade e de tantas outras formas. Existe uma multiplicidade de formas e sentidos da palavra família, construída com a contribuição das várias ciências sociais e podendo ser pensada sob os mais variados enfoques através de diferentes referenciais acadêmicos.

O mesmo talvez possa ser dito acerca do termo comunidade. Certamente em sua moderna acepção o sentido não é o mesmo empregado por Engels e outros autores clássicos da sociologia, por isto não dizemos que a “comunidade morreu”.

Tais relativizações, contudo, não resolvem o problema que aparentemente nos dispusemos a tratar, qual seja, como fortalecer as bases de apoio para um desenvolvimento psíquico saudável para os jovens moradores das comunidades pobres da cidade do Rio de Janeiro? Nesta ótica, a família aparece como um dos mais importantes elementos não só de agregação como também de estruturação psíquica.

É vasta a literatura tanto das ciências sociais como das humanas que apontam a importância da família no desenvolvimento psíquico da criança. Psicanalista que sou, não poderia discordar. Posso, contudo, indagar: de qual família estaremos falando? A qual família estaremos referidos?

Minha proposta é que possamos pensar a família para além de suas representações clássicas, de forma a refletir acerca do que realmente a realidade vem nos acenando há longa data.

Há algum tempo escuto que foi decretada a “morte da família”. Fala-se muito em crise de valores e do tempo em que a família oferecia amparo, segurança e bons padrões de moralidade às crianças.

Parece que é neste sentimento de ambivalência e também de perplexidade que nos encontramos atualmente. Talvez nossa sensação de desamparo, face a um estado de total anomia, leve-nos a buscar em velhas e conhecidas instituições a segurança e a felicidade que *acreditamos* terem elas nos oferecido em tempos “melhores”.

Contudo, é bom lembrar, como aponta Kehl (2001), que esta mesma família “estruturada” deu origem às históricas de Freud, às neuroses obsessivas e a todo o mal-estar psíquico que varreu a Europa no final do século XIX, dando lugar ao surgimento da psicanálise. Foi também no seio destas mesmas famílias que se chocou o ovo da serpente, gerando uma das maiores barbáries da civilização moderna.



Certamente não estou desconsiderando a importância da família no desenvolvimento psíquico do sujeito. Nem poderia! Minha indagação é de outra ordem: Qual seria a razão para este retorno nostálgico à família?

Podemos encarar a família como uma prisão ou um lugar de abrigo. Um espaço de trocas ou de isolamento coletivo. Um agente de mudanças ou um dispositivo de alienação. Qual família então buscaremos?

São necessárias mudanças para que possamos dar conta do mundo e de seus fenômenos, dos afetos e de sua expressão ao observar que na clínica do cotidiano se constata que uma série de paradigmas e valores da sociedade, que se mantiveram relativamente estáveis durante muito tempo, estão sendo contestados, modificados e, às vezes, substituídos por outros valores muito diferentes.

### **Família e regulação social**

Depois de Durkheim, tornou-se lugar comum na sociologia da família, falar do casamento como o espaço que serve ao indivíduo de proteção contra a anomia. Se falamos de situações anômicas, vale a pena examinar, mais detidamente, esta instituição como um instrumento criador de um “nomos”, ou seja, a família, favorecendo um engajamento social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem, na qual sua vida adquire um sentido, constituindo-o como sujeito.

Que a família vem mudando ao longo da história todos sabemos. O próprio conceito de família, tal qual a concebemos, data da idade moderna, sendo importante frisar, que estamos falando da família ocidental moderna. Tal família, fruto do Iluminismo como veremos a seguir, é caracterizada pelo predomínio dos valores democráticos e igualitários que tornaram possível, pelo menos ao nível das aspirações, a idéia de igualdade e dos direitos individuais entre homens e mulheres.

Contudo, grande parte da literatura acerca da família trata muito mais da família burguesa e de seus valores do que de famílias pobres. Frequentemente, tomam-se como universais tais valores, deixando de lado a grande contribuição do marxismo para o tema da família, qual seja, o caráter historicamente determinado da análise da família como instituição social.

Como aponta Castells (apud Pêcego, 1999), ao comentar esta suposta universalidade de certo modelo de família:

*O modelo de família de núcleo patriarcal é uma realidade para pouco mais de um quarto dos lares norte-americanos e a versão mais tradicional do patriarcalismo, ou seja, os lares de casais legalmente casados e com filhos em que o único provedor é o marido, enquanto que a esposa se dedica ao lar em tempo integral, a proporção cai para 7% do número total de lares.<sup>2</sup>*



Conforme pudemos observar, nas retrospectivas traçadas acerca da história da família brasileira desde o período colonial, fala-se pouco das famílias pobres, como aponta Zamora (2000). Podemos creditar tal fato a diferentes motivos ou a uma combinação entre eles. Em primeiro lugar, a família patriarcal, de certa forma, já incluía em sua estrutura grupos pobres que participavam de sua manutenção. Tais grupos, contudo, não eram tidos como famílias independentes, dedicando-se a servir ao grupo dominante. Desta forma, os grupos dominados estavam sempre “integrados” periféricamente na conservação do grupo legitimado como familiar.

Por sua vez, o fato de não serem compreendidos como famílias, enfraquecia sua força como grupo. Ficam interrogações sobre a pouca relevância dada à organização familiar “marginal”: seria isto reflexo do que também acontecia na prática? Ou seja, fruto de uma relação de dominação que ignorava ou mesmo sabotava outras tentativas de organização.

Segundo Maria Cristina Wissenbach no final do século XIX e início do XX, as poucas referências às classes populares se dão em função da perda da maior parte de seus registros obliterados “pelas crônicas oficiais e pelas mediações ideológicas do que, por motivos diferenciados, se dignaram observá-los”.<sup>3</sup> Para a autora, o início da República e os adventos modernizantes e excludentes deste limiar entre séculos mobilizaram as populações pobres no sentido de construir e improvisar padrões de organização e sociabilidade.

A autora enfatiza que a população pobre não pode ser compreendida sem a exaltação de importantes fatos gerados no complexo contexto da época e que fizeram parte de suas vidas cotidianas. Segundo ela, o fenômeno da grande mobilidade dos homens livres e a intensidade da miscigenação são fatos marcantes na caracterização das famílias pobres. Tais fenômenos indicam a existência de outras dimensões pelas quais eram tecidas novas formas de se organizar e de viver.

Se considerarmos que família e propriedade privada no Brasil estão intrinsecamente ligadas, principalmente a partir do século XIX, pode-se supor que a família pobre e sem bens causasse certo “estranhamento” aos que compartilhavam destes valores vistos como naturais.

Os relatos de observadores (brancos) mostram as famílias pobres e negras como sendo “desestruturadas” ou “promíscuas”, vistas sob a ótica etnocêntrica e eivada de preconceitos.

Isabela Pêcego (1999), ao comentar a obra de Emílio Willems (1954) argumenta que para o autor, as “classes inferiores”, por não se estruturarem a partir da propriedade, não possuem uma base específica que sirva como estruturadora da ordem familiar. Tal visão parece impregnada pela visão higienista, com seus valores morais de “ordem” e “desordem”.



Podemos dizer, resumidamente, que a família foi capturada pela nova ordem disciplinar. No Brasil, este processo foi estreitamente ligado à transformação estratégica do Estado brasileiro moderno em luta contra o poder da estrutura colonial e patriarcal e com a medicina moral do higienismo. Não é exagero dizer que até hoje escutamos os ecos desses saberes na sua ação sobre a família.

Para Aline de Leo Santos (2002), apoiada em Winnicott, se o saber médico é importante, este não deve, contudo, ameaçar o saber intuitivo e natural que as mulheres adquirem sobre o ser mãe e criar filhos. Destituí-las deste conhecimento em nome de uma ciência da técnica - de ser mãe - é uma violência, uma intrusão. A relação da mãe com seu bebê deve ser considerada uma experiência singular, a ser construída com o auxílio da sustentação que o pai e o ambiente social podem fornecer.

Nas relações de vizinhança podem estar constituídas importantes bases informais de apoio para jovens e suas famílias<sup>4</sup>. É possível, por exemplo, que a vizinha mais experiente encaminhe a gestante muito jovem para fazer o pré-natal, dê informações preciosas ou alivie, com remédios caseiros, os sintomas de uma doença leve. Alguma informação errônea, não científica, pode advir daí, mas deve-se culpar a mãe pobre por procurar alguém mais experiente e acessível, quando a muitos morros e favelas não têm posto de saúde?

É importante que o saber médico, com suas regras e normas instituídas, não se transforme em um fator de inibição do gesto espontâneo da mãe - o mais adequado para acolher o seu bebê - invertendo a equação básica para os efeitos de subjetivação/singularização: de mãe/bebê → meio ambiente, para meio-ambiente → mãe/bebê.

Mas retornemos às nossas questões iniciais. Se a família moderna, conforme dissemos anteriormente, é fruto do Iluminismo e calcada em valores muito mais individualistas, quais seriam as mudanças que poderíamos observar?

De acordo com Richard Sennett (1998), a implantação do capitalismo industrial nas capitais, acompanhado por essa crença secular, imprimiu uma força, sem igual, para a privatização familiar, iniciando a desestabilização existente entre as esferas pública e privada observada na atualidade.

Segundo Nadja Pinheiro (2002) nesse momento, pressionadas e assustadas por terem que viver publicamente em um caos urbano e desconhecendo as coordenadas reguladoras do capitalismo, as pessoas passaram a se concentrar cada vez mais na esfera familiar, fazendo com que a família deixasse de ser percebida como um espaço diferenciado do público para se tornar um refúgio idealizado e moralmente superior.

Uma vez supostamente afastada da inspeção e intromissão externas, a família burguesa seguia regras rígidas e estáveis tornando segura a vida



privada, sendo justamente essa idealização o que possibilitará que a legitimidade da ordem pública seja posta em questão. É o que propõe Habermas (1981), ao afirmar que podemos observar, nesse momento histórico, a ocorrência de uma emancipação psíquica que corresponde à emancipação ocorrida no nível político-econômico.

Ainda que ilusoriamente a família burguesa tenha se pensado como independente do controle externo, posto que, na verdade, sua constituição foi historicamente determinada, tal ilusão de liberdade ofereceu as bases para a noção de que a família se estrutura a partir de três coordenadas distintas:

- o caráter voluntário (as pessoas se unem por vontade própria, revelação plena do individualismo na medida em que as pessoas perdem sua inscrição social e passam a contar individualmente);
- o amor natural (fundamento da noção de que aquilo que mantém a união matrimonial é a natureza humana e seus aspectos subjetivos estruturados pelos laços fraternos da paternidade e maternidade sem interesses econômicos);
- a educação (a finalidade da família era interna e não externa).

De acordo com Pinheiro (2002) essas três coordenadas se articularam de forma a sustentar a idéia de uma humanidade que deve ser inerente à natureza humana, fundando uma esfera que se emancipa de finalidades exteriores a ela, criando suas próprias leis de organização cujas coordenadas principais são o amor (revelado pelos laços de parentesco) e a sexualidade.<sup>5</sup>

Com isso, a esfera privada pôde ganhar espaço e ser tomada como paradigma a partir do qual a sociedade pudesse ser avaliada, imprimindo um interesse cada vez maior pela intimidade, própria e dos outros, abrindo-a à exploração e ao desvelamento.

Mas vejamos como estas se atualizam na família moderna.

### **Família, individualismo e consumo**

Diz-se da globalização que esta teria eliminado as diferenças, apagado as cores locais, homogeneizado a cultura, com o que não estou bem certa de concordar. Acredito sim, que o consumo desenfreado, o individualismo e a busca pelo rápido bem-estar tornou-se a marca de nosso tempo. Tudo isto, ao vivo e a cores nas telas da TV. Como aponta Debord (1967), em seu livro sobre a sociedade de espetáculos, não há espaço na sociedade atual para a reflexão, para o entristecimento, para o refletir sobre si mesmo, fenômenos estes que apontam para o mal-estar de nossa cultura.

Para o autor, a onipresença da mídia, através da exposição excessiva da imagem, falsificaria a experimentação real do mundo ao posicionar os indivíduos como espectadores, consumidores passivos de imagens (Vilhena & Medeiros, 2002).



No plano individual perde-se a singularidade do desejo, no familiar sentimo-nos distanciados, perdidos e explorados e no público transformamo-nos em uma sociedade de consumidores, amorfa enquanto corpo político, uma vez que descomprometida com as singularidades do outro.

O que observamos, então, é que a família, herdeira do individualismo, sente a refração em si mesma deste mesmo individualismo exacerbado, fazendo com que cada vez mais se façam ouvir os clamores, muitas vezes nostálgicos, pela volta dos valores tradicionais, pelo respeito aos mais velhos, pelo compromisso com o outro.

Atribuir esta pseudodesagregação familiar a fatores de ordem apenas sócio-econômicos, tais como o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, à revolução sexual ou mesmo às condições de pobreza não parece suficiente<sup>6</sup>. É preciso examinar, ainda que rapidamente, o caldo de cultura onde esta nova sintomatologia se ancora.

Em nossa moderna cultura, o indivíduo vale muito mais do que a comunidade; nossos laços são estabelecidos mais em função de uma satisfação pessoal do que de alianças e de tradições. Nossas identidades são negociadas e apoiadas, prioritariamente no real dos atos, tais como corpo, etnia, indumentária, preferência sexual, do que na cadeia das filiações simbólicas e geracionais e nas tradições.

Como aponta Costa (2002):

*“...se já não confiamos mais nas opiniões morais das pessoas mais velhas, dos pais, dos professores, dos grandes líderes políticos de antes, dos grandes pensadores etc. em que fontes iremos buscar aprovação de nossos desejos e condutas? Temos que passar a observar diretamente”, na nudez dos corpos ou da intimidade, aquilo que possa nos dizer como somos ou como devemos ser*”.<sup>7</sup>

Nossos dramas são todos psicológicos e dizem respeito à subjetividade de cada um. O afeto toma primazia sobre os contratos – e toda nossa relação com as instituições e suas leis é negociada. Nos *reality shows* buscamos a confirmação do que já sabemos...

Na modernidade o fato social passa a ser um drama interno do sujeito. Se o adultério era antes crime, ele agora é uma questão ética individual; da mesma forma, dificilmente um criminoso escapará de ter seu perfil psicológico esmiuçado diante das câmeras de televisão.

Enzensberger (1995), em seu ensaio sobre a guerra civil, nos diz que a modernidade fez desaparecer o conceito de crime, instaurando em seu lugar o *caso clínico*. A patologia social é, freqüentemente, reduzida a uma patologia psíquica. Da mesma forma, dizem os religiosos, o pecado foi substituído pelo “sintoma”.



Estamos, com bastante assiduidade, buscando aonde o laço afetivo se rompeu, qual a rejeição sofrida, onde localizamos o trauma. Desta forma vamos construindo marcas identitárias cada vez mais segregadas e com menos elasticidade e plasticidade social. Assim temos: os *gays*, os negros, os índios, as vítimas de abuso, os adolescentes infratores, as modelos, os que malham, os que consomem, tribos diversas e segmentadas, apenas para citar alguns exemplos mais comuns.

Segundo Zamora (1999) observa-se, com frequência, a criação de verdadeiros extratos classificatórios de idades e suas peculiaridades, com farto material de consumo direcionado para esses grupos: bebês, crianças, pré-adolescentes ou ultrajovens, adolescentes, adultos jovens, pré-balzaqueanos, “balzacos”, adultos “maduros”, “coroas”, pessoas na terceira idade, velhos... Essas classificações, mais ou menos científicas, são bem reconhecidas e separam como peculiares as vivências de cada um, segregando-as em nichos.

Também a eleição do amor, como eixo central de nossas escolhas e de nossas vidas, não poderia deixar de trazer conseqüências enormes para a família. Se ao invés da tradição, do compromisso com a comunidade, da perpetuação através das gerações, elegemos um afeto tão forte e tão frágil simultaneamente como norteador de nossas vidas, as conseqüências não tardam em se manifestar.

O amor é para o homem moderno o centro da sua existência. Mas, lembremo-nos que nem sempre foi assim. Antes de se estabelecer a concepção do homem como uma unidade autônoma, eram os valores coletivistas que regiam a conduta, os interesses humanos. A ordem representada pela ordem patriarcal sobrepunha-se a possíveis objetivos individuais, não havendo lugar para preocupações com a realização pessoal (Costa, 1997).

É só a partir aproximadamente do século XVIII que a sociedade ocidental, apoiada cada vez mais na valorização da individualidade, organiza-se sobre a égide do culto ao amor, estando a concepção deste sentimento especialmente associada às exigências românticas da complementaridade.

Desse modo, ainda que a experiência concreta muitas vezes contradiga o lugar do amor nas relações familiares, permanece a crença de que só devemos nos casar por amor - qualquer outro critério de escolha é hipócrita ou decorrente da necessidade econômica.

Em nossa modernidade qualquer outra razão simbólica, como assegurar a descendência, ou realista, como ter mais braços para a lavoura, ameaçam a nossa sede de autonomia, uma vez que estão submetidas a razões externas a nossa vontade. Por isso devemos nos casar só por amor.

Mas amor a quem? Sabemos que o que fazemos por amor fazemos por nós mesmos.



## Nossos filhos tão queridos...

Amamos nossas crianças também como imagens de nossa própria felicidade. Esperamos delas que realizem o nosso projeto. Queremos ser amigos, pares, iguais - e talvez por isso não consigamos mais estabelecer nenhum tipo de regra e autoridade. Toda a autoridade passa ser vivida como autoritarismo e opressão, como uma ameaça a esta felicidade desejada, a este amor tão propalado. Aos pais, como aponta Lasch (1977) caberia cada vez mais apenas a tarefa amorosa e a paparicação, sendo delegada a outras instâncias públicas a tarefa educativa, certamente, um trabalho árduo!

Segundo Maria Rita Kehl:

*“...os pais e/ou educadores, em dívida para com a família nuclear conjugal do passado, não conseguem sustentar o seu lugar de autoridade e responsabilidade na criação dos rebentos... Por um lado, as crianças são altamente investidas narcisicamente como única esperança de adultos desgarrados de seu próprio lugar como filhos e herdeiros de algum passado.”<sup>8</sup>*

Mas, por mais duro que isto possa parecer, imagino que ninguém duvide que é muito mais fácil educar, cumprir as obrigações tradicionais com as crianças do que o imperativo de amá-las. Então, o que observamos? Qualquer ameaça a este amor tão fundamental, qualquer dúvida acerca de sua existência ou suficiência (e nunca é suficiente, pela própria demanda infantil), joga o adulto na mais profunda angústia e culpa, uma vez que representa uma ameaça a esta necessidade narcísica de ver suas crianças sempre felizes.

*“Afinal, os adultos também querem se recuperar narcisicamente à custa de seus filhos; na cultura do individualismo e do narcisismo, os filhos são nossa esperança de imortalidade e perfeição. Ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar; portanto, poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser da cultura, um sujeito barrado em seu gozo.”<sup>9</sup>*

Como bem apontava Freud, amamos nossas crianças como ectoplasmas de uma perfeição que as contingências da vida de certa forma nos negaram. Delas esperamos que nos ofereçam uma imagem de plenitude e de felicidade com a qual possamos nos identificar e amar a nós mesmos. A criança é a caricatura da felicidade impossível.

Mas nessa nova forma de amor, as crianças, que não mais se vestem de crianças, mas sim de adultos em miniatura, devem ser poupadas das agruras e responsabilidades da vida, inseridas em uma pedagogia de puro prazer. Os adultos, para serem felizes, devem manter a infância distante daquilo que desgostam tanto - o peso da dívida com as gerações anteriores, o compromi-



so com a comunidade, a hesitação moral ou o rigor da lei. Nas palavras de Costa (1994) queremos que nossas crianças sejam anões, de férias, sem lei – e, sem dúvida, parece que estamos conseguindo.

A não imposição de limites, o “medo” de desaprovação que norteia o comportamento do adulto, redundando em uma espécie de abandono da função paterna – da responsabilidade e da autoridade. Não importa se não houve um abandono concreto, mas o adulto refém da aprovação infantil, renuncia, da mesma forma, ao seu lugar na cadeia geracional. Para Kehl (op. cit) o abandono das crianças *mimadas* e de *família* (a autora não está falando das crianças de rua) é o *abandono moral*.

Nas sociedades tradicionais, o amor parental é incondicional uma vez que as crianças são amadas pela garantia de reprodução, pela descendência. O mesmo não acontece na sociedade moderna, o que ajudaria a nos sugerir algumas pistas acerca da aparente contradição do nosso tão grande amor pelas crianças e o estado que estas se encontram no nosso país. Da prostituição infantil ao massacre deliberado, da mortalidade ao trabalho escravo, como conciliar este amor narcísico e tudo que vimos descrevendo com a realidade de nossa infância?

Seria possível pensar em um narcisismo parental que só operaria nas classes médias e mais abastadas? Como pensar o poder que a miséria real teria para mudar a nossa relação com estas crianças? A explicação estaria não na diminuição mas sim no excesso deste narcisismo parental.

Segundo Calligaris (1996), nosso amor narcísico, ao contrário das sociedades tradicionais, impõe condições e, em condições de miséria real, a criança que não corresponda aos nossos devaneios, não é mais nada. Se as crianças não são amadas por serem descendência, mas sim por serem a imagem da felicidade, então um defeito físico, ou a miséria real comprometem o investimento parental.

A elaboração de conceitos como o de “castração simbólica” - destituindo o sujeito de sua onipotência narcísica infantil e inserindo-o na ordem simbólica da cultura -, mostrou que, se o homem não acede à lei compartilhada ou pacto social, pode vir a disseminar práticas que trazem a marca da exclusão e da intolerância com a alteridade.

Essas práticas, avessas ao que se vislumbra no horizonte da psicanálise, contribuem, sobretudo, para um processo de dessubjetivação e de insularização do indivíduo; ou ainda, para aquilo que os discursos da contemporaneidade têm nomeado de banalização da vida em si mesma e dos sentidos da existência.

Desta forma, o que me importa a imagem da criança do vizinho? Imagem só a minha. Assim, seu corpo desinvestido narcisicamente, se oferece ao sexo, sua morte não me afeta, uma vez que ela jamais poderia espelhar a minha felicidade.



Cevasco e Zafiroopoulos (1996) utilizam a expressão narciso pós-moderno, para definir o sujeito que se constitui sob o direito de ser absolutamente igual a si mesmo – reagindo a toda e qualquer diferença, defendendo diferentes formas de manifestações racistas, rivalidades e demais manifestações da dialética do um ou outro – palco privilegiado para atos violentos.

A este sujeito, inserido em uma lógica de consumo (a via americana, o serviço de bens, como denomina Lacan,) a sociedade de consumo acenaria com a promessa do gozo infinito, dificultando a experiência do desejo, tal qual concebida pela psicanálise.

Neste sentido, parece-nos bastante elucidativo o paralelo que Cevasco e Zafiroopoulos (op. cit) fazem da lógica de consumo com a lógica do supereu. Ambas promovem a imposição à voracidade ilimitada – a promessa do gozo infinito.

Como aponta Lacan, “nada força ninguém a gozar senão o supereu”.<sup>10</sup> A violência estaria associada a um significante reduzido à pura ordem, sem um encadeamento discursivo onde o laço social não se faz presente.

Segundo Kehl, o consumidor contemporâneo tem uma representação de si mesmo como um eterno filho do presente, sem história e sem lei, regido por um pastiche do Princípio do Prazer e voltado para o futuro imediato que só lhe promete mais mercadorias. Uma sociedade que apela, incessantemente, para que o sujeito goze sem culpa e seja feliz, produz um dos melhores cenários para que o ato violento se inscreva e seja legitimado.

A partir daí voltamos à nossa indagação inicial: qual a família que queremos construir?

### **A família que queremos**

Em 1912, ao escrever Totem e Tabu, Freud reafirma, mais uma vez, a importância de se pensar o homem historicamente, no cerne de seu meio ambiente cultural, atravessado pelas vicissitudes do tempo e do espaço que constituem sua realidade psíquica.

Sabemos que a aceitação dos limites impostos pela realidade objetiva constitui uma tarefa inelutável. O ser humano vive permanentemente a tensão de ter que relacionar a realidade interna - subjetivamente concebida -, com a realidade externa - objetivamente percebida. No entanto, essa negociação entre a fantasia e a realidade é necessária para que os desejos se realizem fora da patologia. O desejo está sempre ali, criando tensão, buscando realização. E cada um negocia como pode... na pobreza e na riqueza de seus recursos psíquicos!<sup>11</sup>

De fato, aprendemos com Freud que a busca do prazer será sempre mediada pela realidade, simbolizada na forma da lei, sem a qual não haveria



civilização. E que tudo aquilo que não se elabora psiquicamente, o que não pode ser simbolizado, repete-se no real dos atos. No ato sintomático, na doença psicossomática e no comportamento anti-social, encontramos o mesmo pano de fundo: a falência do trabalho de elaboração (*durcharbeiten*) psíquica, o trauma resultante de severas falhas ambientais, a privação e a deprivação.

Em 1978, Winnicott assinala que quando se fala de alguém, fala-se dessa pessoa com a soma de suas experiências culturais. Ao afirmar que *não existe um bebê sem a sua mãe*, Winnicott estava referindo-se a um princípio fundamental para a compreensão do seu conceito de *self*, que, segundo sua teoria do relacionamento parental, está presente a cada momento do processo maturacional do indivíduo: não existe o *self* sem o outro; o *self* acontece no mundo.

Winnicott (1987), interpretou o sintoma anti-social como um pedido de socorro, um sinal de esperança. “Falem mal...mas falem de mim!”, reza um ditado popular. Isto porque ser falado por um outro é ser reconhecido; é ganhar existência. Ser - antes de tudo -, é ser para alguém, o que está descrito por Freud desde o seu texto “Projeto”. O sujeito humano se constitui pela ação específica (*spezifische aktion*), pelo gesto, pelo olhar e pela fala de um outro (o objeto).

O meio ambiente, para Winnicott, determinará a saúde e a patologia da agressividade. Da mesma forma que agressividade primária é para ele movimento natural, a agressividade reativa também pode ser vista como um movimento “normal”, mesmo que em resposta a um meio que não a acolhe. A “tendência anti-social” caracteriza o movimento que a criança faz, através de distúrbios de conduta, em direção ao meio. Com atos como o roubo, a mentira, essa criança tenta “acordar” o meio para vê-la de novo, tenta “provocar” no meio algo que faça limite ao seu descontrole.

Se falado - reconhecido e nomeado - o sujeito pode então falar de si e do mal que lhe aflige. Como apontam Vilhena e Santos (2000b), falar, lembrar, repetir e elaborar - é também poder dar um testemunho, denunciar, visto que o “pacto de silêncio” é pacto de morte, condenando o sujeito ao apagamento psicossocial, ao trauma psíquico e à mortificação narcísica, provocada pela surdez e cegueira dos interlocutores, sejam eles a família, a sociedade ou o Estado.

Segundo Marilena Chauí, a violência reduz o sujeito à condição de coisa e, como coisa, não fala: “Há, pois, violência quando sujeitos sociais são reduzidos tanto ao silêncio quanto a um puro ato de vingança. Sob este prisma, o saber montado pelas ciências humanas é exemplar, uma vez que o silêncio imposto a seus “objetos” é apenas uma fala para responder à fala de um outro e não para expressar a realidade de suas existências.”<sup>12</sup>



A questão que se coloca, atualmente, poderia ser assim articulada: como pensar um campo, seja ele clínico ou não, onde se observa uma variada sobreposição de objetos simbólicos (discursivos, sociais, políticos e culturais), fantasmáticos (psíquicos) e físicos (somáticos e ambientais)?

Talvez esta seja a nossa grande questão. A *lei de Gérson*, valorizando levar vantagem contra quem quer que seja e sob qualquer circunstância, hoje uma expressão já consagrada no vocabulário nacional, é lei instituída e estatuída no País. Existem leis de ricos e leis de pobres, leis da polícia e leis dos bandidos - lei da selva, lei do cão. Na lei do mercado o fundamental é vencer, conseguir o que se quer - os meios não importam. Só os melhores, os economicamente arianos, deverão sobreviver!

Sair da inércia de nossa insensibilidade, é redirecionar o potencial das sociedades humanas de construir, de reinventar a própria humanidade. Se as culturas, como sabemos, são invenções, se não obedecem a uma determinação histórica, a tarefa que se impõe, não apenas em nossa clínica, mas em toda nossa vida é, no mínimo, a de tentar repensar nossa relação e compromisso com o outro.

Em um trabalho intitulado "Provisão para a criança na saúde e na crise", Winnicott (1978) esclarece que ao se falar de provisão para a saúde, o que interessa é o desenvolvimento emocional da criança e o estabelecimento das bases de uma vida de saúde mental. Segundo ele, prover para a criança é uma questão de prover o ambiente que facilita a saúde mental individual e o desenvolvimento emocional. Winnicott parte do pressuposto de que as forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, realizando seu potencial segundo os *cuidados* oferecidos pelo contexto ambiental (Santos 2002).

Winnicott nos fala de dois tipos de ambiente: o meio facilitador do desenvolvimento dos processos maturacionais inatos do indivíduo e um outro, onde falhas grosseiras induzem ao trauma e ao aparecimento do *falso self*. Um sujeito encarnado conhece o viver criativo pulsional; conquista um *self* pessoal psicossomaticamente integrado, pronto para as trocas com o outro e com o ambiente.

Como aponta Santos (2002), o drama do indivíduo que não conquistou esta condição é intenso.

*"O sujeito torna-se um ser errante num deserto afetivo/representacional, à mercê de angústias intoleráveis que refletem o vazio existencial de um self desencarnado. Ao contrário de um viver criativo, instala-se um sentimento de futilidade, tornando a vida sem sentido algum; esvaziando as relações interpessoais de qualquer possibilidade de investimento libidinal. Para Winnicott, o horror está em perder o sentido da vida, em não conseguir sentir-se real, e não no perder a vida, propriamente dita."*<sup>3</sup>



É neste sentido que minha indagação permanece. Qual será o tipo de ambiente que seremos capazes de oferecer às futuras gerações? Certamente não é justo que toda a fatura de nossas falências seja colocada na família. Afinal de contas, parece-nos que o Estado vem relegando, cada vez mais, suas responsabilidades para as ONGs, comunidades, igrejas e outros atores sociais. Do Estado mínimo estamos passando rapidamente para o Estado nulo.

Contudo, quais os artifícios que poderemos usar para reinventar as nossas famílias? Se a teoria freudiana pontua e acentua o inevitável mal-estar e o ódio pulsional, acredito que Winnicott acene com uma perspectiva mais animadora.

Para Winnicott, nada que diga respeito às pulsões vitais prejudica o desenvolvimento, salvo nos casos onde houve falhas na provisão ambiental. A cultura, para o autor, é um centro de vitalidade e de criação entre pares (não entre iguais) que reconhecem no outro e em si mesmo a responsabilidade pelo destino a ser construído.

### Sonhos e Realizações de Desejos

Em 1930, em “O mal-estar na civilização”, Freud descreveu o que acreditava ser as três grandes fontes de sofrimento humano: a natureza com sua força indomável; as vicissitudes do corpo, em sua marcha inexorável para a autodissolução; e a relação entre os homens, que os condenava a exigências sociais e renúncias pulsionais muito além das possibilidades de seu alcançado espírito.

Com certeza nossa capacidade de extrair riquezas da natureza expandiu-se muito além do que se imaginava: a destruição do ecossistema é testemunha disso. Proporcionamos hoje mais saúde ao nosso corpo e somos gratos à ciência por indicar o caminho para uma possível nova utopia.

*“Nossas fantasias de onipotência, vindas de tempos imemoriais, encontram, sem dúvida, grande abrigo nos progressos da biotecnologia. Para nós, ocidentais, a imortalidade-perfeição, sempre tão almejada, deixou de ser assunto religioso para tornar-se matéria de pesquisadores. Nossa crença no progresso da ciência faz com que apostemos na vitória sobre todas as imperfeições, carências, sofrimentos e até sobre a morte.”<sup>14</sup>*

É, contudo, em nossa relação com o outro que nossos passos parecem ter sido mais tímidos, ou quem sabe, mais distantes...

Pensamos que construir e fortalecer uma cultura e um ambiente justo e facilitador para as crianças é retomar o que pode haver de essencial na idéia de comunidade: não uma nostálgica volta a um passado idílico e para sempre perdido - mas aos laços sociais e à verdadeira solidariedade. Colocar em



prática uma política digna, cujo sentido e fim seja a liberdade (Arendt, 1993) e o asseguramento universal dos direitos, também são direções promissoras para construir outra família, outra *polis*.

Essas direções podem também parecer utópicas - e talvez sejam. Já foi dito que vivemos uma pobreza de utopias em todas as produções humanas desde o final do século XIX; distopias, são muitas...

Recentemente, revi um belo filme de Kurosawa – Sonhos. O quarto episódio voltou a impressionar-me tanto, que escrevi sobre ele, em um trabalho acerca da agressividade e da violência na cultura. Para aqueles que não tiveram a oportunidade de ver o filme, gostaria de, novamente, resumilo. Trata-se do drama do comandante de um pelotão, integralmente, abatido na guerra:

“O homem caminha e está para entrar num túnel quando de dentro dele surge um cachorro que o ameaça. Amedrontado, percorre o túnel e, ao sair, é surpreendido pela presença de um recruta.

- “Comandante, fui realmente morto em combate? Não acredito que tenha sido morto. Fui para casa. Comi os bolinhos de arroz de minha mãe”.

O comandante, surpreso e assustado, explica-lhe que ele fora ferido, tivera um sonho – com a casa dos pais, mas depois morrera em seus braços. O recruta aponta para a casa dos pais dizendo que eles o esperam.

- “Eu acredito, mas, meus pais não acreditam que morri. Continuam esperando por mim”. O Comandante se compadece, mas sabe que só sob suas ordens ele pode se retirar. Ordena-lhe, então, que volte para o lugar de onde viera.

Vai seguir seu caminho quando surgem novos passos atrás dele. É todo o terceiro batalhão que se apresenta.

- “Terceiro batalhão retornando sem baixas”.

- “Todos vocês foram mortos em combate. Mandei-os para a morte. Eu poderia responsabilizar a estupidez da guerra. Mas não posso desculpar a minha negligência e incompetência... Sinto sua amargura e sofrimento. São chamados de heróis, mas morreram como cães”.

Também nós estamos vivendo uma guerra. Na guerra, no combate, não há lugar para sofrimento... Kurosawa indaga: mas como pode um comandante ou um soldado sobreviver à morte de seus companheiros? O fantasma da morte (o cão raivoso) não cessa de atormentá-lo...

Indagamos nós: como pode um filho morrer se seus pais ainda estão vivos e o esperam? A morte das crianças e dos jovens traz, além da dor que lhe é inerente, algo mais, também inaceitável: os filhos não morrem antes dos pais! É toda a possibilidade de esperança e de futuro que fica ameaçada.



Construir o solo de nossas utopias pode nos dar o alento necessário para seguir adiante, não depositando nas famílias a responsabilidade por toda a (in)felicidade. Podemos criar, inventar e realizar. Melhor, certamente, que o conformismo e o cinismo, porque, refletindo com Freud, uma civilização que causa a infelicidade e o sofrimento de tantas pessoas, não tem condições de subsistir por muito tempo - e nem tampouco o merece.

### Notas

- 1 Doutora em Psicologia Clínica, professora associada do Departamento de Psicologia da PUC-RJ e psicanalista.
- 2 Pêcego, 1999: 161.
- 3 Wissenbach, 1998:129.
- 4 Ver o trabalho de Rizzini, Barker e Cassaniga, 2001.
- 5 Com a psicanálise, posteriormente encontraremos a junção dessas duas primeiras coordenadas, já que, em seu corpo teórico a sexualidade se une aos laços de parentesco na travessia do complexo edipiano.
- 6 O artigo de Irene Rizzini, "Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais", no livro *Desenhos de família*, (2001), aponta indicadores mundiais de mudanças nas famílias, tais como diminuição de seu tamanho, o aumento de sua mobilidade, diferenças no padrão de dependência entre gerações e outras transformações são analisadas.
- 7 Costa, 2002:2.
- 8 Kehl, 2002:37.
- 9 Ibid.
- 10 Lacan, J. *O Seminário Livro 17*. p 11.
- 11 Vilhena e Santos, 2000a.
- 12 Chauí, 1980:17-18.
- 13 Santos, 2002: 12.
- 14 Vilhena e Medeiros, 2001: 177. *Arquitetura da Violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura.*

### Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hanna. *A dignidade da política. Ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- CALLIGARIS, Contardo. *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- CEVASCO, Rithé e ZAFIROUPOULOS, Markos. *Ódio i Segregacion*. 1996. Mimeo.
- CHAUÍ, Marilena. *A não-violência do brasileiro; um mito interessantíssimo*. 1980. Mimeo.
- COSTA, Jurandir Freire. *Jornal do Brasil*. Caderno B.13/03/2002. pp 1-2.
- \_\_\_\_\_. "Utopia sexual. Utopia amorosa". In: *Utopia e Mal-Estar na Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1997.



- A ética e o espelho da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DEBORD, Guy. [1967] *A sociedade de espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.
- ENZENSBERGER, Hans M.[1990] *Guerra Civil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, Sigmund [1912] *Totem e Tabu*. In. Edição Standard Brasileira. Edição Eletrônica. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- 1929-30] O Mal-Estar na Civilização. In: *E.S.B.* Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. "A família burguesa e a institucionalização de uma esfera primária referida à esfera pública". In: Canevacci, Massimo (org.). *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KEHL, Maria Rita. "Lugares do feminino e do masculino na família". In: Comparato, M.C.M e Monteiro, D.S.F. (orgs.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2001. pp 29-38.
- LACAN, Jacques [1969-1970] O Averso da Psicanálise. *O Seminário Livro 17*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LASCH, Christopher. *Haven in a Heartless World - The Family Besieged*. New York Basic Books Inc., 1977.
- PÊCEGO, Isabela. *Onde o perto é também longe: família e identidade em uma comunidade popular da zona sul carioca*. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio.1999.
- PINHEIRO, Nadja. *Uma casa com paredes de cristal. Sobre o atendimento psicanalítico em hospitais gerais*. Projeto de doutorado. Mimeo. PUC-Rio, 2001.
- RIZZINI, Irene, BARKER, Gary, CASSANIGA, Neide. *Criança Não É Risco, É Oportunidade*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária. Instituto PROMUNDO, 2000.
- RIZZINI, Irene. *Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Goiânia: Cãnone, 2001.
- SANTOS, Aline de Leo. *Projeto Shantalla. Sobre as práticas do cuidar psicanalítico*. Projeto de doutorado. PUC-RJ. 2002. Mimeo.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- VILHENA, Junia. "Arquitetura da violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura". In: *Cadernos de Psicanálise*. Rio de Janeiro. SPCRJ. Vol.18, nº 21 (no prelo)
- VILHENA, Junia e MEDEIROS, Sergio. "Mídia e Perversão". In: *Ciência Hoje*. V.31, nº 183. Rio de Janeiro, SBPC. 2002. pp. 28-31.
- VILHENA, Junia e MEDEIROS, Sergio. "Religião. Mídia e Violência". In: *Ciência Hoje*. V.30, n.177. Rio de Janeiro. SBPC. 2001. pp 70-73.
- VILHENA, Junia. e SANTOS, Aline de Leo. "Quem cala...consente! A cultura da violência e a ética da psicanálise". In: *Psychê; Revista de Psicanálise*. Ano 4, n. 5, São Paulo. Unimarco. 2000a. pp 158-182.



- VILHENA, Junia. e SANTOS, Aline de Leo. "Clínica psicanalítica com comunidades. Um desafio contemporâneo". In: *Cadernos do Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, SPID nº 32. 2000b. pp 09-36.
- VILHENA, Junia. "Até que o amor nos separe. Algumas reflexões acerca da família contemporânea". In *Tempo Psicanalítico*. nº 31. Rio de Janeiro. SPID.1999 pp129-142.
- VILHENA, Junia. *Escutando a Família: Uma Abordagem Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.
- WINNICOTT, Donald W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- \_\_\_ Textos selecionados. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1978.
- \_\_\_ *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- \_\_\_ *Privação e delinquência*. Martins Fontes: São Paulo, 1987.
- \_\_\_ *A natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- \_\_\_ *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- WISSENBACH, Maria Cristina. "Da escravidão à liberdade. Dimensões de uma privacidade possível". In: Sevcenko, N. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- ZAMORA, Maria Helena R. N. *Criando os Filhos: Laços Familiares e Redes de Apoio em Comunidades Urbanas Pobres*. Rio de Janeiro, 2000. Mimeo.
- ZAMORA, Maria Helena R. N. *Textura áspera: confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Dept. de Psicologia. PUC-Rio, 1999.